

# ENTRE UMA NOVA ARQUITETURA E A REAFIRMAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PODER HEGEMÔNICAS:

a cobertura do portal Veja sobre a  
constituição dos BRICS (2005-2010)

Copyright © 2016  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

IVAN BOMFIM

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

**RESUMO** - Tendo em vista a mudança paradigmática da Política Externa Brasileira implementada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, este artigo analisa a cobertura noticiosa do portal Veja sobre a constituição do grupo BRICS entre os anos de 2005 e 2010. Entendem-se as esferas políticas interna e externa como imbricadas, e o jornalismo que enfoca a atuação externa do Estado participa desta configuração ao dar visibilidade a determinados discursos. Para a consecução da investigação, utiliza-se uma conjunção das análises de discurso crítica e francesa.

**Palavras-chave:** BRICS. Política externa. Portal Veja. Análise de Discurso. Coalizão Sul-Sul

## ENTRE UNA NUEVA ARQUITECTURA DEL PODER Y LA REAFIRMACIÓN DE LAS ESTRUCTURAS DE PODER HEGEMÔNICAS: la cobertura del portal Veja sobre el establecimiento de los BRICS (2005-2010)

**RESUMEN** - Dado el cambio de paradigma de la Política Exterior de Brasil implementado en el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva, este artículo analiza la cobertura del portal de noticias Veja acerca del establecimiento del grupo BRICS entre los años 2005 y 2010. Se entiende como imbricadas las esferas políticas internas y externa, y el periodismo que se centra en el estado de actuación exterior participa en esta configuración dando visibilidad a ciertos discursos. Para el logro de la investigación, se utiliza una combinación de análisis del discurso francés y crítico.

**Palabras-clave:** BRICS. Política exterior. Portal de noticias Veja. Análisis del Discurso. Coalición Sur-Sur

**BETWEEN A NEW ARCHITECTURE AND THE REAFFIRMING  
OF HEGEMONIC POWER STRUCTURES: Veja's Portal coverage  
of the establishment of BRICS (2005-2010)**

**ABSTRACT** - Given the paradigm shift of the Brazilian Foreign Policy implemented in the government of Luiz Inácio Lula da Silva, this article analyzes the news coverage of the Veja portal in regards to the establishment of the BRICS group between the years 2005 and 2010. We understand the internal and external political spheres as imbricated, and the journalism that focuses on the external action of the state participates in this configuration by giving visibility to certain discourses. In order to achieve our goal we have combined the critical and the French discourse analysis.

**Keywords:** BRICS. Foreign policy. Veja Portal. Discourse Analysis. South-South Coalition.

### **Introdução**

O presente artigo<sup>1</sup> tem por objetivo compreender as relações entre os campos do jornalismo e da política externa a partir da análise da cobertura realizada pelo portal Veja<sup>2</sup> sobre a criação do grupo dos BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, África do Sul. Parto de uma perspectiva construcionista de viés crítico para focar a instituição de sentidos acerca do conjunto de países no sistema internacional, de forma a explorar as maneiras pelas quais o jornalismo tenta estabelecer formas de conhecer e entender a realidade externa, atuando na conformação de consensos sobre questões complexas que envolvem as relações interestaduais.

### **O papel social do campo jornalístico**

A análise do surgimento e primeiras medidas de institucionalização dos BRICS a partir da cobertura realizada pelo portal Veja implica em considerar as relações entre a atividade jornalística e o âmbito de contato entre Estados. Em outro trabalho (BOMFIM, 2012), apontei que a origem compartilhada entre os estudos de *newsmaking* do Jornalismo e da teoria construtivista das Relações Internacionais a partir da Sociologia do Conhecimento desenvolvida por Berger e Luckmann (1973) permite pensar o

jornalismo internacional como um espaço de interação entre os dois campos. No entanto, a questão que se impõe aqui é entender como o noticiário sobre a composição de uma conjunção interestatal mobiliza as dimensões externa e interna ao Estado. A definição de jornalismo internacional não abarca a totalidade do tema, visto que as notícias apresentam uma significativa dimensão doméstica, refletindo-se justamente na estruturação de ideias acerca da política externa.

A primazia jornalística de narrar a realidade, baseada na utilização do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), reflete-se na estruturação da própria condição de realidade. Dizer a realidade é proceder em uma afirmação sobre esta e sobre si mesmo, e o jornalismo reafirma os valores e crenças que sob os quais esta se estabiliza. É latente a conformação das relações objetivas de poder como replicação das relações de poder simbólico, e a possibilidade de enunciar corresponde a uma forma de embate, ainda mais quando está em disputa a orientação de sentidos ao nível do senso comum. Como sistema-perito (MIGUEL, 1999), o jornalismo se outorga um papel estratégico baseado na crença social de sua legitimidade de contar o mundo. É também forma de conhecimento, como diz Meditsch (1997). Não dispendo de rigor científico nem se identificando ao senso comum, o jornalismo constrói uma forma de saber diferente – um conhecimento “sobre algo”. Ao prezar o que é tomado como singular, nega qualidades particulares e universais, e a atitude empiricista de “busca dos fatos” indica a realidade como destituída de encadeamentos e conexões históricas ou dialéticas.

As questões da autoridade enunciativa e do conhecimento produzido pelo jornalismo são ainda mais destacadas no que tange a temáticas que envolvam dinâmicas longínquas territorialmente da experiência cotidiana dos indivíduos. Para Traquina (2000), notícias que envolvem o cenário internacional podem ser consideradas de viés pedagógico, sendo muitas vezes o único substrato informativo que o público terá sobre realidades distantes. Investe-se na busca por elementos reconhecíveis ao público, o que se reflete na composição de tipificações estereotípicas. Estas não são representações neutras: constituem-se em estruturas ideológicas, que estabelecem níveis de compreensão dos objetos (como grupos sociais) de forma a reforçar conformações sociais específicas, observa Biroli (2011). Nas notícias sobre política externa, um dos efeitos dessa situação é composição de representações homogeneizadoras e maniqueístas: países desenvolvidos e subdesenvolvidos, exóticos (cujo par

“não exótico” não é nomeado), modernos e atrasados, etc. Estas definições influenciam nas formas de conceber o mundo, sendo usadas por diferentes grupos no debate doméstico sobre a definição do estabelecimento de relações de proximidade com outros países.

### **As relações entre jornalismo e política externa**

Dentro da lógica do domínio político, os aspectos relativos às conformações simbólicas podem ser entendidos como “subjetivos”, em contraste às decisões de cunho “objetivo” que a política persegue. Todavia, para Bourdieu (1989), é justamente na estruturação do poder simbólico que o poder político poderá ser exercido. Seja para permitir maior conhecimento e deliberação social ou para persuadir e influenciar, o campo político enxerga no campo jornalístico uma forma de tentar alcançar ou exercer poder. Por outro lado, a maior influência do campo jornalístico sobre o político é localizável na produção de capital político a partir dos efeitos da visibilidade (ingresso na cena pública). Os integrantes do sistema político procuram o campo jornalístico para suprir três necessidades principais: visibilidade, construção de imagem e legibilidade de seu plano político. Conforme Miguel (2002, p. 163), o acesso à estrutura midiática é “o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; [...] é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade”. Em regimes democráticos, a necessária exposição de discursos dos grupos que compõem o espectro político passa pela esfera de visibilidade composta pela mídia.

A situação não é diferente no que tange aos assuntos relativos à atuação externa do Estado. Putnam (1988) afirma que pensar a política externa como independente das determinações internas é incorrer em equívoco. Ele postula o conceito de Jogos de Dois Níveis para tratar do imbricamento entre as dimensões políticas interna e externa na formulação da atuação internacional. Estabelece-se um *continuum* de discussão entre o Nível I (negociações internacionais) e o Nível II (debate doméstico sobre atuação externa), com a ação interestatal sendo definida pelos “formuladores de decisão” – no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores. Os grupos que tentam influenciar o transcurso da política exterior precisam operar no espaço de mediação entre cidadãos e governo, adquirindo legitimidade para tornar suas reivindicações políticas oficiais. A esfera midiática

serve como espaço de influência na política externa por meio da exoterização de discursos de grupos de interesse, atuação que Rodrigues (2002) faculta ao jornalismo – este fornece visibilidade e legibilidade ao reapropriar, nas notícias, determinadas interpretações gestadas e/ou mobilizadas em outros domínios. Em concordância, Milner (2007) subentende o jornalismo como um ator da dinâmica política externa alocado na categoria de “grupo de interesse social”, que pressiona o Estado para a adoção de suas prerrogativas. Em momentos de crise, essa pressão se torna mais visível, visto que há um incremento do interesse geral pelas relações exteriores.

A relação entre jornalismo e política externa abarca o horizonte da opinião pública, do estabelecimento do debate sobre escolhas externas por parte do governo, envolvendo convencimento (persuasão) acerca de assuntos normalmente distantes da experiência cotidiana. A instituição do senso comum sobre um complexo temário é um dos objetivos dos círculos políticos internos que miram interesses em âmbito internacional.

### **Elementos da política externa brasileira e a constituição dos BRICS**

A política externa é uma prerrogativa do Estado. No caso brasileiro, simplificarmente podemos convencionar que os diplomatas aplicam as determinações definidas pelo Executivo, tendo o Legislativo como instância de fiscalização – por exemplo, ratificando ou não acordos. Sendo braço do Executivo, o corpo diplomático tem agência definida por parâmetros que remetem à linha de política externa seguida pelo país. As metas são definidas de maneira complexa, com grupos de interesse pressionando para que suas deliberações sejam contempladas. Estes conjuntos desequilibram o cenário de composição das demandas, representando empresas nacionais e internacionais, organizações não governamentais e *think tanks*, que produzem conhecimento sobre assuntos específicos ou gerais na tentativa de difusão de visões sobre os temas.

Ademais da óbvia existência soberana, fatores conjunturais ou dinâmicos configuram a formação dos objetivos de inserção internacional do Estado. Cervo (2008) sustenta que a atuação da política externa brasileira (ou PEB) é orientada por padrões que originaram um conjunto de pressupostos, o acumulado histórico da diplomacia brasileira<sup>3</sup>. Desde os anos 1930, o principal vetor da política externa nacional é a questão

do desenvolvimento econômico. Este, “o *leitmotiv* e o verdadeiro fulcro da ideologia nacional” (ALMEIDA, 2006, p. 179), foi tomado como forma de superação da dependência e atraso em relação ao Norte geopolítico, a partir de medidas que promovessem a modernização. As distintas visões sobre o desenvolvimento são cristalizadas nas principais correntes diplomáticas nacionais: *associacionistas* e *independentistas*. Os primeiros defendem vinculação às prerrogativas ditadas pelas potências mundiais, em especial os EUA. O segundo grupo vê no não alinhamento prévio aos países do Norte a forma mais legítima de empreender a política exterior.

O surgimento dos BRICS deve ser entendido no panorama de uma mudança axiomática na orientação da PEB na passagem do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Para Cervo (2008; 2010), deixa-se o paradigma neoliberal de caráter associacionista para o retorno à cosmovisão independentista, concretizada no paradigma logístico. Vigevani e Cepaluni (2007) corroborando, apontam que o multilateralismo ganhou projeção no período Lula. No plano econômico, o Brasil procurou participar da configuração de uma nova ordem multipolar ao defender dos interesses dos países do Sul e fortalecer acordos, amparando-se na preservação das normativas estabelecidas e almejando modificar as que não seguem princípios igualitários. Situação diferente dos anos 1990, quando o Estado brasileiro evitou atritos com EUA e União Europeia.

A dedicação que a diplomacia brasileira concentra nas discussões multilaterais é condizente com as possibilidades do país. Não dispendo de *enforcement* – força militar – as decisões passam conjunção de metas em comum a vários países, baseadas no valor moral das reivindicações. Dessa maneira, o acerto com as nações em desenvolvimento alcança maior adesão, favorecendo o diálogo Sul-Sul. O Brasil possui importância tanto histórica quanto conjuntural no sistema internacional, sendo considerado um grande periférico ou potência regional. Posicionando-se como agente intermediário (entre desenvolvidos e em desenvolvimento, centrais e periféricos), o país aumenta seu poder de barganha no sistema interestatal.

O surgimento do BRIC – desde 2010, com a inclusão da África do Sul, BRICS – é a institucionalização da ação entre os países considerados as principais potências emergentes do século XXI. O grupo tem seu início no acrônimo cunhado pelo chefe do departamento econômico global do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, em texto de 2001 denominado “*Building Better Global Economic BRICS*”<sup>4</sup>. As articulações são intensificadas a partir de 2005, e desde 2009 são

realizadas cúpulas anuais. A associação reúne potências mundiais e regionais. Além da pujança econômica, é mandatório considerar que Rússia e China são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CS-ONU) e que, dos cinco países, apenas África do Sul e Brasil não fazem parte do “clube nuclear” – não possuem artefatos atômicos, mas usam tecnologia nuclear para fins pacíficos. Para Cervo (2010), Vigevani e Cepaluni (2007) e Amorim (2008), chanceler durante o período, os BRICS são uma iniciativa de integração Sul-Sul que questiona a implícita hierarquia mundial instituída e requer mudanças nessa ordem.

### **Uma análise construcionista de viés crítico**

A atividade jornalística é indissociável do universo linguístico, apesar de não reduzível a uma operação de linguagem. Considerando, junto a Benetti (2007), o jornalismo como um discurso, pode-se perceber ele se apoia em “efeitos de real”, expondo as configurações do contrato de comunicação, conceito cunhado por Charaudeau (2006). Este sustenta que os processos comunicacionais devem ser entendidos a partir da metáfora contratual: os envolvidos implementam um acordo tácito, dependente de condição dialógica.

A partir de perspectiva construcionista, mobilizo a Análise Crítica do Discurso (ACD), modelo interdisciplinar que parte da prerrogativa da linguagem como prática social, apoiando-me em Fairclough (2003; 2005), que aponta as imbricações entre linguagem e estruturas sociopolíticas de poder e dominação, e Van Dijk (2001; 2005), cuja vertente pode ser considerada sociocognitiva. A ACD constitui análises sobre os aspectos ideológicos e as relações de poder, no que tange aos discursos, interpretando processos de naturalização e suas consequências nas sistemáticas sociais. Demanda-se a observação de contextos, extrapolando o âmbito textual para ampliar o ângulo de interpretação. Para Van Dijk (2005), os principais postulados da ACD são: 1) dedicação a problemas sociais; 2) relações de poder são discursivas; 3) discurso constitui a sociedade e a cultura; 4) discurso tem funcionamento ideológico; 5) elo de ligação entre texto e sociedade é mediado; 6) análise do discurso é interpretativa e explicativa; 7) discurso é uma forma de ação social.

A ACD permite a junção a outras perspectivas de investigação (VAN DIJK, 2005), sob o condicionante de examinar as maneiras pelas quais a produção e reprodução de discursos que conforma situações contextuais de exploração, hegemonia e dominação. Assim, faço uso

do conceito de formação discursiva, ou FD (BENETTI, 2008; PÊCHEUX, 1975), relacionado à Análise de Discurso Francesa (ADF). Uma formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1975, p. 160). Não possuindo como estrutura fechada, existe a partir da interdiscursividade. As formações discursivas são “região de sentidos”, que delimitam fronteiras interpretativas dentro do texto, com os sentidos provenientes de conformações ideológicas.

A ideologia, como cosmovisão de mundo, estrutura eixos interpretativos, efetivando-se como evidência. É válido, porém, observar diferenciação na ADF e na ACD: enquanto na primeira não há discurso que não seja ideológico, pois é uma tomada de posição diante da realidade expressa linguisticamente, na segunda a ideologia é relacionada a formas de poder e dominação expressas discursivamente. A ideologia, diz Orlandi (2005), processa um apagamento da própria existência ao escamotear a interpretação, apresentando aquilo que é constituído subjetivamente como realidade objetiva. Fairclough sustenta que ideologia “é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos” (2001, p. 119), e a relaciona ao conceito gramsciano de hegemonia.

A escolha dessa conjunção é baseada na disposição metodológica de relacionar aspectos linguísticos à exterioridade social e representatividade nas esferas políticas interna e externa. A atenção dada pela ACD ao contexto é relacionada à materialidade discursiva, e se mostra fulcral examinar o processo de paráfrase (reiteração de sentido) instituído textualmente ao longo de cinco anos em seus cruzamentos interdiscursivos. As FDs permitem examinar a estabilização de conjuntos de sentidos no corpus, e a partir destes é empreendida uma análise na qual os sentidos nucleares são relacionados às dinâmicas sociopolíticas visibilizadas midiaticamente. Imbricar elementos da ACD e ADF pode servir a uma descomplexificação de sistemas fortemente estabelecidos, dado que a dimensão discursiva, como prática social, sustenta e é sustentada por estruturas de controle do nível micro ao macrosocial.

Diz Fairclough (2003) que o discurso apresenta uma dimensão dialética articulada em quatro momentos: a) Emergência (a simplificação de realidades complexas em discursos a partir da articulação de elementos de discursos existentes); b) Hegemonia;

c) Recontextualização (disseminação de discursos que atravessam campos sociais); d) Operacionalização (influência dos discursos nos processos de interação e identificação, materialização no “mundo físico”). Na investigação ora realizada, embora não construa exposição esquemática, constituo a análise buscando compreender o âmbito discursivo a partir das etapas afirmadas pelo autor.

### **O portal Veja**

Para empreender a análise sobre o material publicado pelo portal Veja, é necessário analisar a mídia noticiosa em questão. Criado em 1997, inicialmente reproduzia o que era publicado e servia como arquivo das versões impressas da revista Veja (inaugurada em 1968), segundo Sabadini (2006). Em 2000, teve início a veiculação de notícias exclusivas no site e, em 2002, de material complementar às matérias da versão impressa. Depois, indicações de links foram adicionadas à maior parte do material no periódico impresso. Em 2012, passa a ser disponibilizado o acesso a todo o acervo digitalizado da revista.

Veja apregoa concepções de independência e fiscalização do poder político se fundamentando numa forte imagem de legitimidade que a publicação construiu (BENETTI, 2007; BENETTI, HAGEN, 2010). Ao expressar opiniões de maneira contundente, outorga-se o papel de explicar a realidade de maneira totalizante, colocando acontecimentos em esferas políticas, econômicas, culturais, etc, sob o mesmo prisma ideológico. Esse fator deve ser compreendido na perspectiva de uma identidade editorial, que relaciona a produção do periódico aos planos da editora Abril, grupo midiático do qual faz parte. Roberto Civita, fundador da Abril, afirma a missão do grupo:

A Abril vem se batendo há 30 ou 40 anos pelo caminho da economia de mercado, da abertura de fronteiras, da globalização da livre iniciativa. O papel da Imprensa não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro x e pressioná-lo: mas, sim, colocar as coisas para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes (MIRA, 2001, p. 78).

No decorrer das últimas décadas, Veja se estabeleceu como representante, no universo jornalístico nacional, do binômio liberalismo econômico/conservadorismo político, expresso ideologicamente pelo neoliberalismo. O público que acessa o site, segundo informações da Abril, é majoritariamente composto por indivíduos das classes A e B (77%)

sendo que 66% são homens e 34% mulheres. Ao longo da administração Lula (2003-2010), período que engloba a criação e institucionalização dos BRICS, Veja se posiciona de forma francamente contrária ao governo, em especial durante o segundo mandato do presidente. A concepção crítica é relacionada em especial às políticas socioeconômicas de cunho redistributivo e aos representantes das chamadas *alas radicais* do Partido dos Trabalhadores. Significativamente, a empresa vê nos integrantes desses grupos a representação das ideologias de matriz socialista às quais historicamente faz ferrenha oposição. Não à toa, o grupo Abril possui relações umbilicais com o Instituto Millenium<sup>5</sup>, *think tank* que busca difundir preceitos neoliberais.

### **Metodologia: das macroposições às formações discursivas**

O corpus da investigação é composto por 32 notícias (textos), publicados entre 18 de outubro de 2005 e 24 de dezembro de 2010, que envolvem o grupo dos BRICS. Procedi à análise do material buscando sintetizar os sentidos encontrados em cada fragmento textual na forma de tópicos ou, pela denominação de Van Dijk (2005), macroposições. A título de exemplo da operacionalização, exponho as macroposições (M) constituídas no exame da matéria *Bric: Brasil enfim alcança colegas* (VEJA, 2008):

M1: Brasil finalmente alcança outros países do Bric segundo *The Wall Street Journal*

M2: Brasil era considerado “ovelha negra” do grupo

M3: Explicação é força do Real, decorrente de entrada de investimentos estrangeiros

M4: Brasil ainda distante da China, mas margem de expansão econômica chinesa é menor

M5: Brasil atingiu estágio mais maduro de desenvolvimento que China e Índia

A conformação do quadro de sentidos sintetizados em cada texto possibilita o mapeamento de sentidos nucleares em face das temáticas investigadas. Delineei sete principais formações discursivas, áreas de sentidos que delimitam interpretações no espaço interdiscursivo:

FD1 - BRICS foi criado por instituição financeira privada

- FD2 - China é a líder dos BRICS
- FD3 - Brasil é o mais fraco dos BRICS
- FD4 - Brasil está se fortalecendo economicamente
- FD5 - BRICS devem ser apenas grupo econômico
- FD6 - BRICS são importantes para economia mundial
- FD7 - BRICS buscam influência mundial

Temporalmente, a maioria dos textos iniciais se caracteriza como um amontoado de notas dispersas, noticiando índices econômicos que, por vezes, mostram-se contraditórios. Percebe-se uma divisão na formação do corpus: quantidade significativa das notícias é dedicada à utilização dos países do BRICS como instância de comparação para os resultados econômicos brasileiros, enquanto outro conjunto de textos enfoca ações de institucionalização e promoção do grupo. Com a realização de cúpulas anuais entre os líderes dos países a partir de 2009, as relações são estreitadas com motivações que vão além das iniciais econômicas.

### **A hegemonia da concepção financista dos BRICS**

A FD1, que conta com maior exposição – *BRICS foi criado por instituição financeira privada* –, possui uma matriz “técnica”, reiterando, durante todo o recorte temporal, a origem do agrupamento sob a sigla em questão. Quantitativamente, as macroproposições a ela relacionadas estão presentes em dez textos, cerca de um terço (32%) do total. Porém, além do aspecto percentual, o que a destaca como de maior impacto é sua condição hegemônica: é a partir da afirmação de filiação dos BRICS à lógica financista que se estruturam eixos interpretativos fundamentais, como a afirmação da superioridade chinesa, as críticas à atuação brasileira e posterior celebração de seu fortalecimento e o argumento de que o bloco deve apenas se focar em temáticas de âmbito econômico.

Podem-se perceber implicações a partir de matéria publicada em 2010, na qual é dito que o bloco “foi criado em 2001 pelo chefe do departamento econômico global do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill” (VEJA, 2010a). Ao ser “inventada” pelo Goldman Sachs, a associação teria uma predeterminação de origem – o que supostamente permite a O’Neill, no mesmo texto, dizer o que devem ou não fazer do grupo os países participantes, materializando a intenção de “retomar as rédeas” sobre as diretrizes do bloco mesmo após os BRICS apontarem para outros domínios de ação.

VEJA: Quais são **principais desafios** para o Brasil nos próximos anos?

O'NEILL: Acredito que o Brasil tem desafios muito interessantes depois desta eleição. O futuro governante terá de preservar os esforços para manter a inflação na meta. Friso, inclusive, que o país conduz há mais de uma década uma fantástica política econômica, **cujo sucesso se deve justamente a reformas fundamentais que foram realizadas no período. O maior crédito tem de ser dado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também, é claro, ao governo Lula. Algo que, aliás, endossa fortemente a credibilidade do atual presidente é o fato de não ter mudado o rumo das coisas, quando todos apostavam que ele o faria.**

Contudo, **o peso do Estado brasileiro é muito grande e tal situação não deveria ser mantida indefinidamente.** O país também tem de se engajar mais na conquista de mercados para seus bens e serviços, indo além das commodities.

VEJA: O Brasil é um país que possui uma dificuldade histórica de ter uma política de longo prazo de promoção e diversificação das exportações. O que fazer para além das commodities, **como recomendou?**

O'NEILL: O Brasil tem de continuar tentando e precisa se esforçar ainda mais. Conquistar mercados internacionais não é fácil para ninguém. **Há muitas evidências no comércio internacional de que é preciso perseguir altíssimas taxas de crescimento da produtividade,** o que os chineses especialmente demonstram muito bem. **O ponto-chave é a produtividade** (VEJA, 2010a, grifo nosso).

A emergência deste núcleo de sentidos se encontra na concatenação de discursos como o de esvaziamento das ações do governo Lula da Silva, relacionando à administração de Fernando Henrique Cardoso os êxitos da economia brasileira no período 2005-2010. Ironicamente, seria possível deduzir que a economia se recuperou de maneira mágica da situação de pânico induzido e estagnação do início da década passada, quando uma onda especulativa atribuída ao “efeito Lula” (possibilidade de sua eleição) teve reflexos como o aumento brusco da cotação do dólar. Ao dizer que “o peso do Estado ainda é muito grande”, O'Neill reitera a necessidade de liberalização econômica, sugerindo a diminuição do controle público acerca de pontos não citados. Os sentidos apontam para o discurso da ineficiência estatal, que onera as possibilidades de desenvolvimento, com o complemento da frase – “e tal situação não deveria ser mantida indefinidamente” – delineando linha de ação a ser empreendida. Para o oráculo O'Neill, tudo se resume à “produtividade”.

A FD2, que destaca a liderança chinesa, é instituída por macroproposições em sete textos (21,87%) e estruturada na conjunção dos dois grandes enfoques citados. Nas premissas do primeiro, os resultados alcançados pela economia da China se tornam o *topos* utópico que o Brasil deve almejar, mas que não tem condições de alcançar, principalmente pelos motivos destacados pelos sentidos da FD3. Sequência discursiva exemplar é encontrada na matéria *Entenda a formação do Bric*:

“Quando o grupo foi criado, existia uma maior homogeneidade entre os países. Contudo, ao longo do tempo, as diferenças foram acentuadas, principalmente da China em relação aos outros países” (VEJA, 2010). No segundo panorama, a preponderância é exposta pelas ideias de um *player* de interesses globais gerais, que não quer quebrar o sistema por ser o maior detentor de títulos da dívida norte-americana, ao passo que tem estratégias de ação na África e na América Latina, além de, como integrante do CS-ONU, dispor de poder coercitivo que o Brasil não possui.

Com macroproposições presentes em cinco matérias (15,62%), a FD3 agrupa sentidos de fraqueza do Brasil – *PIB do Brasil é o pior dos Brics* (VEJA, 2009) é tanto manchete quanto sequência discursiva. A FD4 indica o fortalecimento do país, mas não se contrapõe à FD3, pois é baseada somente em temáticas econômicas. A visão de uma economia fraca acaba sendo atingida pelas afirmações de crescimento econômico com maior exposição ao final do recorte, e os temas se encaminham para o questionamento das instituições que o regem sistema mundial. Os sentidos que conformam FD6 e FD7 apresentam constante interação, com os textos reportando que o bloco reivindica maior influência mundial. Novamente a FD2 tem papel de destaque, sendo a única formação discursiva delineada acerca da representatividade global de um dos BRICS – os Estados brasileiro, russo e indiano não aparecem integrados ao temário internacional como a China, reforçando os discursos de formulação da FD5.

### **Brasil: a ovelha negra dos BRICS**

A predominância dos núcleos discursivos da origem financeira dos BRICS (FD1), liderança chinesa (FD2) e inferioridade brasileira no bloco (FD3) é instituída a partir de alguns discursos nodais, amparados na supressão de perspectivas sociopolíticas e efetivação de viés econômico-financeiro de contextualização da realidade. Essa preponderância deriva em estereótipos forjados na lógica e valores capitalistas, sendo o “embate” entre a eficiência chinesa e ineficiência brasileira constantemente representado. A análise dos índices econômicos da China é comutada na essencialização da competência, o que não permite questionamento às formas pelas quais esse êxito é alcançado: a base que sustenta o modelo chinês – combinação de exploração de mão-de-obra-barata, poucos direitos trabalhistas, abusos contra direitos humanos, forte controle sobre atividades políticas, etc – é escamoteada diante do sucesso derivado da *eficiência*. O termo se torna um ponto de comparação (os textos apontam

os resultados negativos do país em relação ao crescimento do PIB, à produtividade e ao tamanho do Estado brasileiro).

A ideia de ineficiência do Brasil é solapada com a aprovação de seus resultados econômicos. A concepção do país deixando de ser a “ovelha negra” dos BRICS, exposta em *Bric: Brasil enfim alcança colegas* (VEJA, 2008) é baseada na confirmação dos prognósticos de crescimento econômico ensejados por instituições financeiras. Uma ovelha negra é o indivíduo desviante, que se recusa a seguir as normas estabelecidas e não cumpre com as perspectivas que se tem sobre ele. Para Veja, ao não acompanhar russos, indianos e chineses, os brasileiros corriam o risco de serem excluídos dos BRICS. Forçoso pensar se essa exclusão, impetrada por instâncias privadas (como os bancos de investimento ou imprensa), teria impacto na conformação institucional do grupo, visto que a notícia em questão data de 2008, apenas um ano antes da realização da primeira cúpula.

### Os BRICS como “ameaça” ao sistema internacional

Apesar do enfoque voltado majoritariamente ao escopo econômico, a cobertura apresenta indícios para a reflexão sobre a arquitetura de poder mundial em transformação. A FD2 (liderança chinesa) é tanto sustentada pelos sentidos de força de seus índices de crescimento econômico quanto pela expansão de seu poderio global. Alguns dos textos que fazem referência à Rússia destacam seu enorme arsenal bélico, destacando a produção e comércio de armamentos com outras nações. É difícil entender a constituição dos BRICS fora do domínio político, mesmo porque a institucionalização do grupo afirma uma visão independentista no cenário global. Em cinco anos, vários foram os momentos que representam essa perspectiva, como a busca de apoio de China e Rússia (membros permanentes do CS-ONU) à atuação do Brasil na crise nuclear iraniana, em 2010.

A situação deriva em resposta de países que ocupam a liderança do sistema. Isto pode ser visualizado em texto que trata da possibilidade de declínio da hegemonia norte-americana no mundo, não apenas em sentido econômico, a partir de um relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Inteligência dos EUA (*NIC*, na sigla em inglês). Trago os parágrafos de encerramento:

**Brics – Nesse novo sistema multipolar, as economias emergentes, principalmente as da China, Índia, Rússia e Brasil, são apontadas como desafiantes dos americanos.**

De acordo com o relatório, **se os integrantes do chamado Bric estão em alta**, a União Européia será apenas uma “gigante alijada”, já que não conseguiria transformar sua força econômica em influência militar e diplomática. **Com um número maior de núcleos de poder, a chance de surgimento de conflitos aumenta, avalia o documento americano.**

“As **rivalidades estratégicas** deverão girar ao redor do comércio, dos investimentos e da inovação tecnológica, **mas não se deve descartar um cenário como o do século 19, com corrida armamentista, expansão territorial e rivalidades militares. Tipos de conflitos que não vemos há muito tempo, como os que disputam recursos naturais, poderão ressurgir**”, alerta o texto. Mas o presidente do NIC, Thomas Fingar, avisa: **está nas mãos dos governantes de hoje a chance de reduzir o risco de conflito daqui em diante** (VEJA, 2008<sup>a</sup>, grifo nosso).

O documento alerta para um cenário caótico, no qual a multiplicação de centros de poder poderá conduzir a resultados como corridas armamentistas e conflitos. É pressuposta uma *Pax Americana* a ser conservada, destacando-se a afirmação de que as economias emergentes são “desafiantes”. Há uma estratégia de medo: o analista diz que “tipos de conflitos que não vemos há muito tempo, como os que disputam recursos naturais, poderão ressurgir”. Afirmação falaciosa, pois diversas guerras contemporâneas foram/são travadas com o interesse em recursos naturais. Ao discurso de conflito iminente entre núcleos de poder – que arregimenta memórias de acontecimentos do século XIX para compor ameaça – é percebido um movimento de recontextualização, pois se advoga o livre mercado como estratégia de manutenção da paz. A combinação de interesses cria uma justificativa em conjunto para a conservação do *status quo* global – mesmo que parte do *establishment* tenha que passar por adaptações.

### **À guisa de algumas considerações finais**

Van Dijk (2005) entende o poder social em termos de controle: os grupos possuem mais ou menos poder se são capazes de estabelecer mais ou menos controle sobre as atitudes e os pensamentos dos membros de outros grupos, provocando efeitos não discursivos – ou operacionais, no termo de Fairclough (2003). O discurso economicista, identificado à ideologia liberal que norteia a orientação editorial do portal Veja, busca interditar outras formas de compreensão dos BRICS, visto que, saindo da esfera econômico-financeira, a conjunção de forças do concerto a atual hierarquia do ambiente internacional. Os avanços conseguidos são reiteradamente analisados dentro das lógicas do

sistema vigente, excluindo o questionamento das estruturas de poder, uma das principais bandeiras do grupo.

O jornalismo é uma das principais formas pelas quais os grupos de interesse procuram acessar a esfera de visibilidade midiática para tornar públicas suas concepções de atuação e objetivos externos. Nessa disposição, os discursos que se pretendem hegemônicos, alcançado consenso social. No caso da cobertura dos BRICS pelo portal Veja entre 2005 e 2010, o escamoteamento da ideologia condiz com a concepção de pensamento único atrelada ao neoliberalismo, e se busca incidir sobre a opinião pública a partir do público alvo do site, correlacionando sentidos mobilizados nas notícias e implicações sociais e políticas.

O grupo em questão, identificado às classes A e B, com alto poder econômico e perfil conservador, compõe considerável parte da elite político-econômica brasileira. Não à toa, o dialogismo é buscado na utilização do discurso nodal da *eficiência*, que sublima outras temáticas contextuais (em especial implicações sociopolíticas). Ter uma economia eficiente se torna a baliza das relações do Brasil, e essa qualidade só é alcançada, no discurso do portal, a partir de premissas como o crescimento do produto interno bruto e aumento do investimento externo – sem que esses índices sejam voltados ao desenvolvimento social. Ou seja: o crescimento econômico não é automaticamente relacionado a melhorias na vida da população, mas à geração de renda. Outro exemplo: afirma-se, em dado momento, que o Brasil é a “ovelha negra” do bloco. A assertiva requer uma solução que, forjada a partir de anseios do mercado financeiro, preenche demandas identificadas à mesma lógica. O site, ao tentar estabelecer discursivamente a eficiência econômica sob parâmetros neoliberais do Estado como consensual, estrutura subjetivamente referenciais de objetivos a serem cumpridos pela atuação externa do país.

A essencialização de determinados termos funciona para a disposição citada, como no caso da definição *emergente*. Ao não ser problematizada, sua aceitação é pressuposta, condizendo com valores do sistema internacional definidos pelas forças hegemônicas (EUA e União Europeia). É justamente o oposto dos objetivos reiterados oficialmente pelos BRICS, uma coalização Sul-Sul. Seus integrantes advogam a necessidade de reformar as estruturas globais, a fim de que reflitam novos cenários. As forças tradicionais, todavia, não pretendem abrir espaço para novos polos, e o reforço do pensamento neoliberal é uma das formas de manutenção do *status quo*, pois afirma a primazia das lideranças como fator intrínseco ao sistema internacional, enquanto novas potências são rechaçadas como “ameaças à normalidade”. A irrupção dos

BRICS é dinamicamente dúbia: ao mesmo tempo em que oxigenam os setores econômicos e financeiros, abalados pela crise mundial de 2008, engendram o questionamento da configuração política internacional.

Percebo aí a fundamentação ideológica da cobertura do portal Veja. O movimento levado a cabo a partir de entendimento poliárquico do ambiente internacional é transmutado, via discurso, na afirmação do modelo rechaçado. Assim, nos textos, quando a economia brasileira se mostra fraca, o país é fraco; quando o setor econômico se fortalece, apenas este domínio é celebrado. É como se a economia se tornasse um ente independente do Estado, ao mesmo tempo em que é incentivada sua dominação sobre os desígnios a serem seguidos pela administração nacional. Concomitantemente, no plano doméstico, as ações de redistribuição de renda são negadas como política legítima, sendo facultado apenas à eficiência produtiva o posto de objetivo a ser cumprido, com esta sendo impactada negativamente pelo “peso do Estado”. A resposta crítica passa pela atenção ao intrínseco imbricamento das políticas interna e externa, de maneira com que a visão de mundo do “pensamento único” não se sobreponha às lógicas que serviram à institucionalização dos BRICS. A nova arquitetura de poder deve ser condizente com novas formas de conceber questões sociopolíticas gerais, não reafirmar “certezas” que tentam manter o bloco na esfera da dependência. E o jornalismo tem grande importância para uma compreensão multiversal do Brasil no mundo.

## NOTAS

- 1 Este trabalho apresenta parte dos resultados da tese de doutorado *O global player “megalonânico”: a visão do portal Veja sobre a Política Externa do Governo Lula*, defendida em 2015 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS).
- 2 <http://veja.abril.com.br/>.
- 3 a) Autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; b) Juridicismo; c) Multilateralismo normativo; d) Ação externa cooperativa e não-confrontacionista; e) Parcerias estratégicas; f) Realismo e pragmatismo; g) Cordialidade oficial com os vizinhos; h) Desenvolvimento como vetor; i) Independência de inserção internacional
- 4 O texto de O’Neill pode ser acessado a partir do link <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>.

- 5 Roberto Civita fazia parte da Câmara de mantenedores do instituto até seu falecimento, em 2013.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e política externa brasileira: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

AMORIM, Celso. Os Brics e a reorganização do mundo. **Tendências/ Debates**, 08 de junho, 2008.

BENETTI, Marcia. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. **Líbero** (FACASPER), v. 20, p. 14-26, 2007.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), v. 15, p. 13-28, 2008.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 7, p. 123-135, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 6, p. 71-98, julho/dezembro, 2011.

BOMFIM, Ivan. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais. **Comunicação & Inovação**, v. 13, p. 29-36, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado. Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 7-32, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Blair's contribution to elaborating a new doctrine of 'international community. **Journal of Language and Politics**, vol. 4, nº 1, pp. 41-63(23), 2005.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S.Paulo, 11(1): 197-208, maio de 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n.55-56, p. 155-184, 2002.

MILNER, Helen. **Interests, institutions and Information: Domestic Politics and International Relations**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. São Paulo: ed. Fapesp, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. International Organization. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1988.

RODRIGUES, Adriano Duarte. "Delimitação, natureza e funções do discurso midiático". In: Porto, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

VAN DIJK, Teun. **Discourse, ideology and Context**. Folia Linguistica, XXXV/1-2, 11-40, 2001.

VAN DIJK, Teun. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VEJA, portal. Bric: Brasil enfim alcança colegas, 2008. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bric-pais-enfim-alcanca-colegas/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

VEJA, portal. EUA admitem: domínio no globo será menor até 2025, 2008a. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/eua-admitem-dominio-globo-sera-menor-2025/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

VEJA, portal. PIB do Brasil é o pior dos Brics, 2009. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pib-brasil-pior-brics/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

VEJA, portal. Entenda a formação do Bric, 2010. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/entenda-formacao-bric/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

VEJA, portal. Bric precisa ter mais voz no mundo, diz O'Neill, 2010a. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/bric-ja-mais-importante-g7-diz-neill/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional:** Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

**Ivan Bomfim** é doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Jornalismo pelo UNIBH. Atualmente é pesquisador visitante especial (pós-doutorado) na Escola da Indústria Criativa – Unisinos.

RECEBIDO EM: 01/10/2015 | ACEITO EM: 12/02/2016